

A O tornar pública a discriminação dos gastos para o próximo exercício, anunciou o Ministro da Educação o propósito de reservar, em 1986, uma fatia considerável do seu orçamento — agora engordado por força da aplicação da emenda Calmon — a um programa de desenvolvimento do ensino técnico de segundo grau. Há tudo de acertado em tal decisão; e cumpre à opinião pública ficar atenta para, no devido momento, cobrar a sua execução.

Voltar os olhos para o ensino técnico, equivale, da parte do Ministro Marco Maciel, a corrigir uma distorção e abrir caminho para a solução de um problema ao qual as autoridades da área vêm sistematicamente fazendo vistas grossas.

A distorção, no caso, foi aquela instituída nos primórdios do regime autoritário, com a criação de um fantasmagórico ente de pedagogia chamado ensino profissionalizante. Consistiu a medida em introduzir no currículo secundário elementos de formação profissional do estudante. A intenção declarada era a de beneficiar aqueles que não pudessem ter acesso à universidade. Poderiam assim os excluídos bater às portas do mercado com algumas migalhas de capacitação para o trabalho.

Na prática, porém, o ensino profissionalizante jamais passou de uma farsa. O máximo que as escolas proporcionaram aos seus alunos, nesse tocante, foi o conhecimento de restritas atividades manuais, muito mais apropriadas ao jardim de infância do que a um curso nas cercanias da universidade.

Mas para alguma coisa serviu o falso profissionali-

zante. Funcionou como álibi para a não difusão do verdadeiro ensino técnico, indispensável à formação de mão-de-obra qualificada a um país em pleno processo de industrialização. Graças ao artifício não se criaram novas escolas técnicas. E as que já existiam foram condenadas à deterioração. Estabelecimentos que antes eram considerados modelares, são hoje uma sombra do que eram antes da malfadada reforma.

O pouco que agora existe de ensino médio profissionalizante, digno de ostentar esse nome, é em geral obra da rede privada de educação. Trata-se, com frequência, de cursos destinados a capacitar para o desempenho de profissões surgidas em consequência do emprego de novas tecnologias. O caso mais exemplar é o da informática. A indústria, porém, ressentida da escassez de técnicos e até mesmo de operários com qualificação para operar sua maquinaria sempre mais sofisticada.

O fim da comédia do pseudoprofissionalizante e a disseminação do ensino técnico à altura da modernidade da indústria, da agricultura e dos serviços do país, além de atender às necessidades de mão-de-obra, terá o mérito de contribuir para elevar o padrão da universidade. Menos requisitada a produzir profissionais, é de esperar-se que a universidade sinta-se estimulada a cuidar melhor do preparo dos especialistas de alto nível. E, quem sabe, a reencontrar-se com a vocação humanista de que foi desviada por força de um grosseiro pragmatismo que marcou todo um período da história deste país.